

**RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(Companhia Aberta)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A

(Companhia Aberta)

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório da Administração	1 – 10
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11 –14
Balanço patrimonial	15
Demonstração do resultado	16
Demonstração do resultado abrangente	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	19
Demonstração do valor adicionado	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21 – 58

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CCR Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S.A, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Discorre também, sobre o trabalho que a CCR RodoNorte vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

A CCR RodoNorte é a Companhia responsável pela administração de 567,8 quilômetros de rodovias no Estado do Paraná, que representam o corredor de escoamento dos principais pólos de produção agrícola do Estado ao porto de Paranaguá e aos países do Mercosul.

Nos termos do Contrato de Concessão nº. 075/97 - onde consta como Poder Concedente o Estado do Paraná, por intermédio do DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem, por força do Convênio de Delegação nº. 006/96, firmado entre União (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER/ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT) e o Estado do Paraná - a CCR RodoNorte é a concessionária de serviços públicos, cujas atividades estão voltadas à recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração de rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso, constantes do Lote 05, do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

O sistema abrange segmentos das rodovias BR 277 e BR 376, que ligam a capital Curitiba às principais cidades no Norte do Estado; segmento das rodovias PRC 373 e PR 151, entre Ponta Grossa e Jaguariaíva, além de segmento da BR 373, entre Ponta Grossa e a saída para o norte do Paraná e Foz do Iguaçu. Compõe também o Lote de rodovias administradas segmentos das rodovias: PR 092, PR 151, PR 239, PR 813, PR 340 e PR 090 (trechos rodoviários de acesso), vicinais as rodovias principais.

Com o volume diário médio de 13.573 mil veículos em 2016, a CCR RodoNorte é a maior das seis concessionárias do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, e a quarta empresa do Grupo CCR em faturamento.

1.2. Apresentação

A história da CCR RodoNorte coincide com a implantação do Programa de Concessões de Rodovias do Governo Federal, que autorizou a União a delegar estradas federais aos Estados. Na época, tendo em vista as péssimas condições de pavimento e de tráfego da malha rodoviária paranaense (tanto Federal quanto estadual), a escassez de recursos para sua restauração e duplicação, além da urgente necessidade de dar às rodovias as condições para alavancar o programa de desenvolvimento econômico do Estado, o Governo do Paraná encontrou no sistema de concessões a solução para recuperar rapidamente sua infraestrutura rodoviária.

O Contrato de Concessão foi assinado em 14 de novembro de 1997, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e pelos representantes da CCR RodoNorte. Desde então, a Companhia trabalha diariamente para combinar, da melhor forma, segurança, orientação e conforto para motoristas, passageiros e pedestres com padrões que permitam as melhores condições possíveis de fluidez de tráfego.

A Concessão é dividida em dois trechos principais. O primeiro liga Curitiba à Apucarana e conecta Curitiba ao centro agrícola e industrial do norte do Paraná, onde se encontram cidades importantes como Londrina e Maringá. Esse trecho serve como uma via natural de escoamento até o porto de Paranaguá. O segundo trecho, que liga Ponta Grossa a Jaguariaíva, segue a rota nordeste no sentido de São Paulo.

Desde o início da Concessão, inúmeras obras, serviços e melhorias foram implantadas ou estão em execução no sistema viário administrado pela CCR RodoNorte, ampliando as condições de segurança e conforto para motoristas e passageiros, trazendo mais proteção para pedestres, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades por onde atua.

A CCR RodoNorte disponibilizou os serviços de assistência aos usuários (SOS Usuário), na área da Concessão, prestando o serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários das rodovias. Desde abril de 1998, a CCR RodoNorte disponibiliza o novo modelo em prestação de serviços, oferecendo mais tranquilidade, conforto e segurança para quem trafega pelas rodovias sob sua responsabilidade.

A responsabilidade pela coordenação das unidades do SOS Usuário, que estão distribuídas ao longo das rodovias, é do Centro de Controle Operacional (CCO), localizado na sede da Companhia, em Ponta Grossa. Através de um sistema integrado de rádio-comunicação, este setor coordena todas as atividades e viaturas que respondem pelo atendimento ao usuário, acompanha o atendimento às ocorrências e monitora o fluxo de veículos. Nesse setor também estão concentradas todas as informações coletadas nas estradas e as ações executadas, que alimentam um banco de dados para efeito de planejamento de atividades nas rodovias, controle de qualidade e estatísticas de ocorrências.

As sete bases operacionais (SOS Usuário) estão estrategicamente localizadas ao longo das rodovias de forma a permitir agilidade e rapidez no atendimento a todas as ocorrências, em qualquer ponto da estrada e 24 horas ininterruptamente, sendo suas principais atribuições:

- Atendimento médico pré-hospitalar com ambulâncias equipadas com todos os materiais e equipamentos para suporte de vida avançado, oferecendo todos os recursos necessários para atendimentos de urgência e emergência;
- Remoção dos veículos em pane ou avariados para locais seguros. Os guinchos utilizados (leve, pesado e super-pesados) são a última novidade do mercado em tecnologia de resgate;
- Atendimento a incidentes com carros pipa, em situações que colocam em riscos a segurança do tráfego e que exigem ações de emergência, como é o caso de incêndio nas margens das rodovias, ou ainda, limpeza de pista em casos de desmoronamentos e acidentes;
- Apoio aos usuários, a qualquer hora do dia ou da noite, com as equipes de inspeção de tráfego. Elas verificam as condições das rodovias, identificam problemas e detectam emergências. Também garantem auxílio básico no local de todas as ocorrências, dando suporte necessário para a atuação das outras equipes do Serviço de Assistência ao Usuário.

No decorrer do exercício de 2016 ocorreu a manutenção, a conservação e o melhoramento das rodovias, conforme determinado pelo cronograma de investimentos do Contrato de Concessão. Desde o início da concessão (1998) até 2016, atendendo as obrigações contratuais, a CCR RodoNorte vem realizando os programas de reconstrução e manutenção das rodovias,

contemplando inclusive a restauração de todo o sistema rodoviário que integra o Lote (732 quilômetros equivalentes/pista com duas faixas); além do reforço e alargamento de 67 obras de arte especiais (pontes e viadutos). Foram duplicados 74,7 quilômetros de rodovias e implantadas: 12 novas passarelas, 3 quilômetros de vias marginais, 97,3 quilômetros de terceiras faixas e 282 quilômetros de novos acostamentos. No que tange às edificações operacionais foram construídos 6 postos de pesagem, 7 bases operacionais de atendimento (base SOS Usuário), 3 novos postos da polícia rodoviária e 1 centros de apoio ao usuário.

Todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão nº. 075/1997, firmado com o Estado do Paraná, estão sendo devidamente cumpridas.

1.3. Destaques do Ano de 2016

Índices Operacionais

Em 2016, a CCR RodoNorte conquistou importantes índices de desempenho operacional, no que se refere as questões que envolvem a segurança viária, houve a redução dos seguintes índices de acidentes (2016 x 2015):

- - 8,61% no índice de acidentes;
- - 14,5% no índice de Feridos em acidentes.

2 Estratégia e Gestão

2.1. Governança corporativa

A CCR Rodonorte é uma sociedade por ações assim formada: (i) a Cesbe Participações S.A. (“Cesbe”) que detém 8,08% do seu capital social; (ii) a Porto de Cima Concessões S.A., pertencente ao Grupo J.Malucelli (“Grupo JMalucelli”) que detém 6,00% do seu capital social; e (iii) a CCR S.A. (“CCR”), que detém 85,92% do seu capital social, sendo que a CCR é a sua controladora.

A gestão da CCR RodoNorte, fundamentalmente, está estruturada em dois grupos:

- Conselho de Administração: integrado por representantes das empresas acionistas, com a participação dos diretores da Companhia, que acompanham o desempenho da empresa e traçam os grandes projetos;
- Comitê de Gestão: formado pelo Diretor Presidente, Diretor Operacional e principais gestores da Companhia. Cabe ao Comitê operacionalizar as atividades da empresa e suas relações com os clientes - os usuários das rodovias, as comunidades localizadas nas áreas de abrangência das rodovias administradas, as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem e os Acionistas.

As crenças da CCR RodoNorte são:

- Na importância da parceria entre a iniciativa privada (empresários, investidores, financiadores) e o Estado para o desenvolvimento do setor de infraestrutura do País;
- Na atividade empresarial de vanguarda, sustentada na ousadia da proatividade, na segurança da previsibilidade, na simplicidade, na confiabilidade das informações e na seriedade das negociações;
- Na busca legítima de resultados econômico-financeiros;
- Na prestação de serviço público de qualidade voltada a atender às necessidades dos cidadãos

- como fundamento da perpetuidade do negócio;
- Na responsabilidade social, na preservação da vida e do meio ambiente;
- Na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, trabalhando em equipe com mentalidade empresarial, levando a organização a superar desafios e limites;
- Na gestão participativa e na remuneração por resultados, fundamentada na avaliação da contribuição individual para viabilizar o comprometimento das pessoas e agregar valor ao negócio.

Os valores da CCR RodoNorte são:

- Desprendimento - o caminho para o crescimento das pessoas e da empresa;
- Integridade - fundamento das relações pessoais e profissionais;
- Ousadia - proatividade, criatividade e persistência para buscar desafios e superar limites;
- Respeito - pelo outro, pela vida e pela natureza;
- Autonomia - liberdade de ação com responsabilidade.

O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Jose Alberto Moraes Rego da Souza Moita. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rua Afonso Pena, nº 87, Ponta Grossa, Estado do Paraná e no endereço eletrônico www.rondonorte.com.br/ri. O Sr. Jose Alberto Moraes Rego da Souza Moita pode ser contatado pelo e-mail relacoescominvestidores-rondonorte@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

2.2. Gestão de pessoas

Servindo a uma região com mais de 3 milhões de habitantes, a CCR RodoNorte oferece empregos diretos e indiretos numa contribuição bastante valiosa para o desenvolvimento das comunidades onde atua. Um dos mais destacados efeitos sociais do regime de concessão é a elevada geração de empregos proporcionada. Hoje a Companhia gera 577 empregos diretos e 537 terceirizados e contribui para o desenvolvimento dos municípios cortados pelas rodovias sob sua administração.

Os benefícios vão além: emprego gera renda, que por consequência, incrementa a economia de todas as regiões beneficiadas direta e indiretamente pelo processo de modernização das rodovias, aumentando a arrecadação de impostos e proporcionando melhoria da qualidade de vida.

Além dos empregos e da renda gerada, destacamos outro benefício: a qualificação. Em 2016, foram 5.900 horas de treinamento, sendo 5.330 horas em treinamentos presenciais e 570 horas em treinamentos online realizados por meio de plataforma corporativa de desenvolvimento.

As qualificações técnicas e/ou comportamentais foram voltadas para a ambientação de novos colaboradores e aperfeiçoamento profissional, em diversos módulos, dentre eles: Atendimento ao Cliente, Atendimento Pré-Hospitalar, Conduta Profissional, Desenvolvimento de Líderes, Formação de Cipeiros, Formação e Reciclagem de Brigada de Incêndio, Normas para Trabalho em Altura, Produtos Perigosos, Programa de Integridade e Conformidade, Reciclagem de Normas e Procedimentos de Trabalho relacionados à área Operacional/Atendimento, e Segurança nas Praças de Pedágio.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1. Mercado

O agronegócio é uma importante variável no fator de crescimento do tráfego nas rodovias administradas pela CCR RodoSul; a influência deste setor, contribui significativamente para o desempenho da Concessionária. O ano de 2016, também foi influenciado pela crise econômica, que afetou diretamente o tráfego de veículos leves.

3.2. Desempenho CCR RodoSul

Em R\$ mil	2016	2015	Var. %
Receita líquida	842.842	751.126	12,21%
Receita de pedágio	678.638	652.088	4,07%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	211.589	144.833	46,09%
Outras receitas	13.112	12.220	7,30%
(-) Deduções da receita bruta	-60.497	-58.015	4,28%
(-) Custos e despesas (a)	-494.925	-392.084	26,23%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	-211.589	-144.833	46,09%
Demais custos e despesas	-283.336	-247.251	14,59%
(-) Resultado financeiro líquido	-46.034	-36.787	25,14%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-100.971	-104.048	-2,96%
Lucro líquido	200.912	218.207	-7,93%
(+) Resultado financeiro líquido	46.034	-36.787	-225,14%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	100.971	-104.048	-197,04%
EBIT (b)	347.917	359.042	-3,10%
Margem EBIT	41,28%	47,80%	-13,64%
Margem EBIT ajustada (c)	55,12%	59,22%	-6,93%
(+) Depreciação/amortização	-96.397	-65.983	46,09%
EBITDA (b)	444.314	425.025	4,54%
Margem EBITDA	52,72%	56,59%	-6,84%
(+) Provisão de manutenção (d)	-58.690	-47.132	24,52%
EBITDA ajustado	503.004	472.157	6,53%
Margem EBITDA ajustada (e)	79,68%	77,88%	2,32%
Dívida bruta (f)	433.971	348.620	24,48%
Investimentos	258.868	187.412	38,13%
Veículos equivalentes	85.072.361	86.303.321	-1,43%

- Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outros resultados operacionais.
- Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

- e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- f) Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

3.2.1 Receita operacional consolidada

O ano de 2016 foi um ano cheio de desafios tanto para o segmento de leves como de pesados. No primeiro semestre do ano, as exportações de commodities tiveram um grande salto com relação a 2015, devido aos bons preços praticados para os grãos, especialmente, soja e milho. Com essa favorabilidade de mercado, os eixos equivalentes totais das rodovias administradas pela Companhia, registram um crescimento de 4,12% com relação ao primeiro semestre de 2015. No segundo semestre, no entanto, o recuo foi de -6,80%, consequência da menor safra de milho, que impactou as exportações desse grão, e consequentemente o movimento nas rodovias.

Na categoria de leves, o ano foi influenciado pela crise econômica e desemprego, e também pela menor quantidade de feriados ao longo do ano, em comparação com o ano de 2015.

Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão nº. 075/97, assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, e a CCR RodoNorte (cláusula XIX – do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada em 4,04%, no dia 1º de dezembro de 2016, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica, determinada contratualmente.

3.2.2 Custos Totais

Os custos totais apresentaram um aumento de 26% em relação a 2015, perfazendo R\$ 494.925 mil no ano de 2016. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 211.589 mil, um aumento de 46% com relação a 2015. Esse incremento se deve as novas frentes de trabalho de duplicação da BR 376 e da PR 151, em andamento.
- Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 96.397 mil no ano de 2016. O crescimento de 46% decorre dos investimentos que entraram em operação.
- Os demais custos e despesas registraram um aumento de 3,1%, decorrente de um processo de reestruturação e gestão de custos.

3.2.3 Resultado Financeiro

No ano de 2016, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 46.034 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 36.787 mil em 2015. A variação do resultado financeiro reflete a captação feita em setembro de 2015 através de empréstimo estrangeiro, acarretando o incremento da operação de Hedge; a emissão de debêntures realizada em novembro de 2016, além do aumento de juros e variação monetária.

3.2.4 Lucro Líquido

Em 2016, o lucro líquido atingiu R\$ 200.912 mil.

3.2.5 Dívida

Em novembro de 2016 ocorreu a 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, na modalidade de Infraestrutura, no valor: R\$ 100 milhões, com taxa: IPCA+6,0600% com prazo de 5 anos. Pagamento de juros semestrais e amortização principal em novembro de 2021.

3.2.6 Investimentos

No ano de 2016, em continuidade ao programa de manutenção rodoviária, foram concluídas manutenções em 92,7 km de rodovias, com a recomposição das condições do pavimento e da sinalização, e foram realizadas intervenções em 70,9 km de rodovias proporcionando mais conforto e segurança aos usuários. Nesse programa, foi efetuada ainda a recuperação de 4 (quatro) terraplenos.

Ainda em 2016, foram concluídos 9,6 km de duplicação da rodovia BR 376 (entre o km 456+000 ao km 465+600). Importantes obras para o desenvolvimento do Estado estão atualmente em andamento na rodovia BR 376, km 431+000 ao km 441+000, km 382+400 ao km 386+850, km 348+980 ao km 354+000, km 243+000 ao km 254+000, implantação de viadutos na BR 376, km 244, km 248+550, km 249+720, km 350+600 e km 386, e duplicação na rodovia PR 151, km 252+000 ao km 257+00, ou seja, são 36 km de rodovias e implantação de 5 viadutos em andamento.

Por fim, visando dar continuidade às obras de melhoria e ampliação da capacidade das rodovias pertencentes ao Lote administrado por esta Concessionária, a CCR RodoNorte iniciou e está atualmente elaborando, com a posterior análise do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, o projeto de mais 51 km de duplicação da rodovia BR 376 e PR 151.

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A Companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da companhia.

Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo CCR realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a Companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus stakeholders.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa, voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), *Carbon Disclosure Project* (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a *Childhood*, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2016, além das três campanhas realizadas pelas do Grupo, onde foram distribuídos mais de 300 mil folhetos para conscientização dos usuários sobre o canal de denúncia, “disque 100”, o Grupo avançou na capacitação de pontos focais e multiplicadores internos da causa.

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), o qual visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a *performance* e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1 Desempenho Social

No que diz respeito ao capital social, a CCR Rodonorte desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2016, a Companhia apoiou diversas ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram 204 mil pessoas em 18 municípios limdeiros as rodovias sob administração da companhia.

4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - *Stakeholders*

Em 2016, além das obras realizadas e serviços prestados nas rodovias sob sua administração, a CCR RodoNorte também destinou recursos e investiu em diversos programas de impacto positivo na comunidade, principalmente nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, esporte e cultura, além de uma série de outras iniciativas que contribuíram para a formação educacional e profissional, a conscientização ambiental e a cidadania.

É possível conhecer mais sobre os projetos socioambientais da CCR Rodonorte e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.institutoccr.com.br.

4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2016 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Programa de Treinamento com Lideranças, Programa de Integridade e Conformidade e o Programa Aprimorando, que busca conscientizar e desenvolver a liderança, com foco nas pessoas. Além da disseminação da Visão, Valores e Crenças do Grupo CCR, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

4.2 Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

A CCR RodoNorte realiza coleta seletiva em todas as suas unidades operacionais, em 2016 foi realizada a coleta seletiva de mais de 730 mil toneladas de lixo, sendo 729 mil toneladas recicladas.

Quanto aos recursos energéticos, a CCR Rodonorte destaca que todas as lâmpadas são de LED, visando a redução do consumo de energia elétrica.

4.2.2 Capital Manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos.

No ano de 2016 a CCR Rodonorte realizou 107,7 quilômetros de faixas com a utilização do asfalto borracha, que destina e reaproveita pneus inservíveis na sua composição. Além da vantagem de caráter socioambiental, o asfalto borracha é mais durável e gera menos ruído quando da passagem dos veículos pela rodovia, e maior aderência aos pneus, proporcionando conforto e segurança aos usuários.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

Selo Clima Paraná

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA) premiou em 2016 as empresas participantes do Selo Clima Paraná, certificação oferecida para as companhias que aderiram ao registro público de emissões de gases de efeito estufa. A CCR RodoNorte recebeu o Selo Ouro Plus, demonstrando compromisso com a gestão de carbono, processo indispensável para o controle de emissões e resíduos, além do uso adequado de água e energia.

Selo Social Ponta Grossa

O Programa Selo Social de Ponta Grossa visa certificar as empresas e órgãos governamentais localizados no Município de Ponta Grossa que atuem em consonância com a legislação vigente, cumprindo regularmente suas obrigações fiscais, e que pratiquem as Responsabilidades Sociais, Interna e Externa. Em 2016, a CCR RodoNorte recebeu o Selo Ouro.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e parceiras pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos colaboradores pelo profissionalismo e dedicação em suas atividades.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

5.3 Cláusula Compromissória

O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
Ponta Grossa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições ao ativo intangível da Companhia relacionadas às obrigações frente ao contrato de concessão

Conforme nota explicativa nº 2.r, para os contratos de concessão de serviços sobre direito de exploração de infraestrutura, o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante

determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco inerente na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Consequentemente, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a, entendimento dos controles internos e testes substantivos de detalhe com base em amostragem para verificação das documentações que suportam referidas transações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		<u>2016</u>	<u>2015</u>			<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo				Passivo			
	Nota				Nota		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	103.040	88.026	Empréstimos e financiamentos	13	4.743	4.897
Contas a receber	7	34.182	3.694	Debêntures	14	2.086	1.455
Contas a receber - partes relacionadas	9	7	31.697	Fornecedores	12	24.222	18.553
Impostos a recuperar		3.152	3.845	Fornecedores - partes relacionadas	9	19.006	16.881
Adiantamento a Fornecedor		2	-	Imposto de renda e contribuição social		47.981	44.394
Despesas antecipadas e outras		<u>1.236</u>	<u>1.141</u>	Impostos e contribuições a recolher		7.247	8.401
Total do ativo circulante		<u>141.619</u>	<u>128.403</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		6.929	6.965
				Obrigações com o poder concedente		7.112	6.221
Não circulante				Contas a pagar com operações de derivativos	20	15.492	21.682
Realizável a longo prazo				Provisão de manutenção	16	85.849	21.148
Impostos diferidos	8b	23.487	7.461	Outras contas a pagar		<u>3.450</u>	<u>3.467</u>
Contas a receber com operações de derivativos	20	1.915	31.699	Total do passivo circulante		<u>224.117</u>	<u>154.064</u>
Depósitos judiciais e outros créditos		<u>677</u>	<u>784</u>				
		26.079	39.944	Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	13	173.046	197.258
Imobilizado	10	23.775	23.490	Debêntures	14	254.096	145.010
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	2.021	1.935
Intangível	11	<u>739.730</u>	<u>616.804</u>	Provisão de manutenção	16	<u>65.405</u>	<u>93.212</u>
Total do ativo não circulante		<u>789.584</u>	<u>680.238</u>	Total do passivo não circulante		<u>494.568</u>	<u>437.415</u>
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		<u>931.203</u>	<u>808.641</u>	Capital social	17	174.093	151.001
				Reserva de lucros	17	<u>38.425</u>	<u>66.161</u>
						<u>212.518</u>	<u>217.162</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>931.203</u>	<u>808.641</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	18	842.842	751.126
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(211.589)	(144.833)
Provisão de manutenção	16	(58.690)	(47.132)
Depreciação e amortização		(94.694)	(64.267)
Custo com poder concedente		(14.835)	(14.175)
Serviços		(35.356)	(34.032)
Custo com pessoal		(27.230)	(25.316)
Materiais, equipamentos e veículos		(9.379)	(11.889)
Outros		(3.731)	(6.837)
		<u>(455.504)</u>	<u>(348.481)</u>
Lucro bruto		387.338	402.645
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(9.647)	(11.211)
Serviços		(14.233)	(16.027)
Materiais, equipamentos e veículos		(543)	(608)
Depreciação e amortização		(1.703)	(1.716)
Outros		(14.218)	(14.113)
		<u>(40.344)</u>	<u>(43.675)</u>
Outras resultados operacionais		923	72
Resultado antes do resultado financeiro		347.917	359.042
Resultado financeiro	19	<u>(46.034)</u>	<u>(36.787)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		301.883	322.255
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8	<u>(100.971)</u>	<u>(104.048)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>200.912</u>	<u>218.207</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em reais)			
Ordinárias	17	0,09340	0,10151
Preferenciais	17	0,09340	0,10151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(Companhia aberta)
Demonstração de resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	200.912	218.207
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>200.912</u>	<u>218.207</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2015		136.464	23.153	5.485	46.270	-	211.372
Distribuição de dividendos em 30 de março de 2015		-	-	-	(46.270)	-	(46.270)
Aumento de capital em 21 de dezembro de 2015		14.537	(14.537)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	218.207	218.207
Destinações:							
Reserva legal		-	10.910	-	-	(10.910)	-
Reserva estatutária		-	-	1.091	-	(1.091)	-
Dividendos intermediários em 22 de outubro de 2015		-	-	-	-	(155.525)	(155.525)
Juros sobre o capital próprio em 29 de dezembro de 2015		-	-	-	-	(10.622)	(10.622)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	40.059	(40.059)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		151.001	19.526	6.576	40.059	-	217.162
Distribuição de dividendos em 27 de abril de 2016	17e	-	-	-	(40.059)	-	(40.059)
Aumento de capital em 16 de dezembro de 2016	17a	23.092	(19.526)	-	-	-	3.566
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	200.912	200.912
Destinações:							
Reserva legal	17b	-	10.046	-	-	(10.046)	-
Reserva estatutária	17c	-	-	1.004	-	(1.004)	-
Dividendos intermediários em 17 de novembro de 2016	17e	-	-	-	-	(169.063)	(169.063)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	20.799	(20.799)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		174.093	10.046	7.580	20.799	-	212.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(Companhia aberta)
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Lucro líquido do exercício	200.912	218.207
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.026)	(5.772)
Depreciação e amortização	96.397	65.983
Baixa do ativo imobilizado e intangível	217	92
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(30.876)	17.852
Juros e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e financiamentos	23.449	34.947
Capitalização de custo de empréstimos	(927)	(4.287)
Resultado de operações com derivativos (<i>fair value option</i>)	52.142	(10.384)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.538	2.632
Constituição da provisão de manutenção	58.690	47.132
Ajuste a valor presente da provisão manutenção	14.832	10.538
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	887	-
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(31.375)	(79)
Contas a receber - partes relacionadas	31.690	(2.700)
Impostos a recuperar	693	(830)
Adiantamento a fornecedor	(2)	-
Despesas antecipadas e outras	12	315
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	5.669	5.310
Fornecedores - partes relacionadas	318	13.569
Obrigações sociais e trabalhistas	(36)	(727)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	115.644	111.026
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(113.211)	(125.348)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(2.452)	(919)
Obrigações com o poder concedente	891	2.271
Pagamento da provisão de manutenção	(36.628)	(35.146)
Outras contas a pagar	(17)	599
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	373.431	344.281
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Outros de ativo imobilizado e intangível	874	702
Aquisição de ativo imobilizado	(8.180)	(4.681)
Adições ao ativo intangível	(209.785)	(151.142)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(217.091)	(155.121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operações com derivativos	(21.988)	(5.605)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:		
Captações	98.890	190.000
Pagamentos de principal	(57)	(120.059)
Pagamentos de juros	(12.615)	(22.022)
Dividendos pagos	(209.122)	(212.417)
Aumento de capital	3.566	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(141.326)	(170.103)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	15.014	19.057
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	88.026	68.969
No final do exercício	103.040	88.026
	15.014	19.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(Companhia aberta)
Demonstração do valor adicionado
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas			
Receita de pedágio	18	678.638	652.088
Receita de construção	18	211.589	144.833
Outras receitas	18	14.039	16.507
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(211.589)	(144.833)
Provisão de manutenção	16	(58.690)	(47.132)
Custos dos serviços prestados		(61.612)	(65.921)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(29.293)	(31.207)
Valor adicionado bruto		<u>543.082</u>	<u>524.335</u>
Depreciação e amortização		<u>(96.397)</u>	<u>(65.983)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>446.685</u>	<u>458.352</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		<u>105.073</u>	<u>71.024</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>551.758</u></u>	<u><u>529.376</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		22.529	23.145
Benefícios		8.160	6.509
FGTS		1.185	1.343
Outras		237	238
Tributos			
Federais		131.869	133.890
Estaduais		111	114
Municipais		34.529	33.192
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		151.187	111.820
Aluguéis		1.039	918
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e juros s/ capital próprio	17	169.063	166.147
Lucros retidos do exercício		<u>31.849</u>	<u>52.060</u>
		<u><u>551.758</u></u>	<u><u>529.376</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

- **Constituição e objeto**

A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

- **Outras informações relevantes**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

- i. **Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)**

A ação n.º 2005.70.00.007929-7, movida pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, visa a anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Em 07 de março de 2014, foi deferido novo prazo de suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, diante da possibilidade de acordo entre as partes. Encerrado o prazo de suspensão do feito, o processo retomou ao seu curso normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

- ii. **Processo de encampação**

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei n.º 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Companhia propôs a ação judicial n.º 2003.34.00.028316-4 em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(DER/PR) com o propósito de impedir a encampação da concessão. Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. O processo encontra-se em fase de instrução.

iii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a investida ajuizaram a ação nº 2004.34.00.001399-6 em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 05 de maio de 2004; no pleno do STJ em 06 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto nº 2.462/04. O processo atualmente está concluso, aguardando prolação da sentença.

iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Companhia encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Companhia. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença.

Em 26 de maio de 2015, foi celebrado acordo pelas partes para encerrar os processos referentes aos reajustes de 2003 a 2010.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Os reajustes de 2011 a 2016 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v. Procedimentos administrativos e ações judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR não acolheu a defesa e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma (2005.34.00.001966-1) para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra (2005.34.00.004587-6) para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento.

Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi deferida a produção de prova pericial de engenharia. Antes que a perícia tivesse início, em 18 de novembro de 2016, foi publicada a decisão que determinou a suspensão do processo para aguardar o julgamento dos processos n. 2005.34.000001996-1 e 2005.34.00.024361-3.

vi. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs a ação civil pública nº 2007.70.00.005416-9, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela Companhia e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Proferida sentença em primeira instância e acórdão em segunda instância pela

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam o juízo de admissibilidade.

vii. Prorrogação/Extensão do Contrato de Concessão e Convênio de Delegação

O Ministério Público Federal de Jacarezinho/PR propôs Ação Civil Pública (nº 5002208-05.2015.4.04.7013) em face da União, Estado do Paraná, DER/PR, RodoNorte, e demais Concessionárias do Paraná, alegando que as partes estariam pretendendo prorrogar os Convênios de Delegação celebrados entre a União e o Estado do Paraná e os Contratos de Concessão celebrados entre o Estado do Paraná e as Concessionárias, sem a respectiva licitação, o que acarretaria dano aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa. A liminar foi concedida para que: i) a União se abstenha de qualquer ato de renovação dos referidos Convênios de Delegação com a finalidade de atender à proposta do DER e do Estado do Paraná de prorrogar os atuais contratos; ii) o DER, o Estado do Paraná e as Concessionárias se abstenham de firmar qualquer acordo de prorrogação do prazo de vigência dos atuais contratos de concessão sem a realização de procedimento licitatório. As rés recorreram da liminar concedida ao TRF. O recurso da RodoNorte foi julgado em 08 de junho de 2016, tendo sido provido parcialmente para: (i) dar provimento ao pedido de cassação da liminar concedida; e (ii) negar provimento ao pedido de reconhecimento da incompetência do juízo de Jacarezinho/PR. Em 12 de agosto de 2016, a RodoNorte interpôs recurso especial contra o não acolhimento da incompetência do juízo de Jacarezinho, o qual, após ter a sua admissibilidade deferida pelo TRF, aguarda julgamento no STJ. O processo principal está em fase de instrução.

viii. Lei 13.103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que a partir da 00h do dia 17 de abril de 2015, acatando ao previsto na Lei nº 13.103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 03 de março de 2015, regulamentada pela Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, da Agência Reguladora do Paraná – Agepar, deixou de cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de reequilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão.

Em 04 de setembro de 2015, a Companhia divulgou novo Comunicado ao Mercado informando que, acatando ao previsto na Resolução nº 004, de 1º de setembro de 2015 da Agência Reguladora do Paraná – Agepar, que revogou a Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, retornou a cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita no período de vigência da Resolução nº 002/15, revogada pela Resolução nº 004/15, deverá ser reequilibrada, nos termos do contrato e das normas que regem a concessão.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

b) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) *Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) *Instrumentos financeiros*

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial,

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do hedge de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como hedge de valor justo ou hedge de fluxo de caixa.

Hedge de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecido no resultado como despesas.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a curva de benefício econômico.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “r”

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo pode ser determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado aos impostos sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 21), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

r) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 - 1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

s) *Demonstrações de valor adicionado*

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

t) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

u) *Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016*

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação do ativo imobilizado
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 16 Provisão de manutenção
- 20 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações de swap de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Riscos de taxas de juros e inflação;
- c) Riscos de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da *London Interbank Offered Rate (Libor)*; (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (4) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14 e 20.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos
Empréstimos e financiamentos	4.743	173.046	-	-
Debêntures (a)	2.534	-	155.226	100.270

(a) valores brutos do custo de transação

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 82.498, substancialmente composto por fornecedores, impostos e obrigações contratuais, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 16. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixas e bancos	4.844	2.831
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	98.196	85.195
	<u>103.040</u>	<u>88.026</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	3.582	1.650
Pedágio eletrônico – outros (b)	31.492	2.049
	<u>35.074</u>	<u>3.699</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(892)	(5)
	<u>34.182</u>	<u>3.694</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias	2.118	2.118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(2.118)	(2.118)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos a vencer	34.154	3.639
Créditos vencidos até 60 dias	28	51
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	4
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	892	5
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Total de contas a receber	<u>37.192</u>	<u>5.817</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, conseqüentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas.
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(COMPANHIA ABERTA)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	301.883	322.255
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(102.640)	(109.567)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(26)	(37)
Despesas indedutíveis	(1.540)	(1.236)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(207)	(234)
Incentivo fiscal de dedução do imposto de renda	3.405	3.390
Juros sobre o capital próprio	-	3.611
Outros ajustes tributários	37	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(100.971)	(104.048)
Impostos correntes	(116.997)	(109.820)
Impostos diferidos	16.026	5.772
	(100.971)	(104.048)
Alíquota efetiva de impostos	33%	32%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2016	2015
Bases ativas		
Valor justo de operações com derivativos	14.159	9.957
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	101.964	97.623
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.024	722
Perdas com operações de derivativos	16.368	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	748	763
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	686	658
Outros	74	513
	135.023	110.236
Bases passivas		
Valor justo de operações de derivativos	(14.079)	(9.644)
Variação cambial	(10.496)	-
Custo de transação na emissão de títulos	(387)	-
Ganhos de operações com derivativos	(11.631)	(5.749)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(74.217)	(86.657)
Outros	(726)	(725)
	(111.536)	(102.775)
Ativo diferido líquido	23.487	7.461

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art.69 da lei 12.973/14 (fim do RTT).

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações			Saldos	
	Serviços Prestados	Intangível	Receitas	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR (a)	5.527	-	-	-	432
Outras partes relacionadas					
CPC (b)	10.057	1.689	-	-	774
SPVias	-	-	-	1	-
AutoBan	-	-	-	3	-
MSvia	-	-	-	3	-
Construtora Andrade Gutierrez (c)	-	-	-	-	1.291
Serveng (f)	-	-	-	-	165
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	1.142
Cesbe (c)	-	-	-	-	97
J.Malucelli (d)	-	93.322	-	-	15.105
Oi Móvel S.A. (e)	-	-	5.399	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2016				7	19.006
Total, 31 de dezembro de 2016	15.584	95.011	5.399	7	19.006
Total circulante, 31 de dezembro de 2015				31.697	16.881
Total, 31 de dezembro de 2015	13.230	83.936	9.980	31.697	16.881

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Reapresentado)
		(*)
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.689	1.552
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	557	568
Complemento de PPR pago no ano	273	366
Previdência privada	104	94
Seguro de vida	4	4
	<u>2.627</u>	<u>2.584</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Reapresentado)
		(*)
Remuneração dos administradores (g)	727	717

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor comparabilidade.

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios, inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- c) Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial da concessão, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- d) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 03 de setembro de 2014 a 18 de janeiro de 2017;

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Contrato de permissão de uso da faixa de domínio da Companhia, com prazo de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato sendo prorrogado automaticamente pelo mesmo período, o vencimento para todo dia 10 do mês seguinte ao da emissão das faturas;
- f) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte; e
- g) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2015			2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.037	-	(21)	60	(2)	3.074
Máquinas e equipamentos	8.075	-	(325)	(154)	(63)	7.533
Veículos	13.412	-	(2.012)	2.740	(809)	13.331
Instalações e Edificações	998	-	(873)	1	-	126
Equipamentos operacionais	28.594	-	(86)	1.058	-	29.566
Imobilizações em andamento	1.815	8.205	-	(3.853)	-	6.167
	<u>55.931</u>	<u>8.205</u>	<u>(3.317)</u>	<u>(148)</u>	<u>(874)</u>	<u>59.797</u>

	2014			2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.847	-	(29)	234	(15)	3.037
Máquinas e equipamentos	7.528	-	(248)	1.279	(484)	8.075
Veículos	13.492	-	(953)	1.180	(307)	13.412
Instalações e Edificações	1.026	-	(66)	38	-	998
Equipamentos operacionais	28.091	-	(4.029)	4.532	-	28.594
Imobilizações em andamento	4.957	4.817	-	(7.959)	-	1.815
	<u>57.941</u>	<u>4.817</u>	<u>(5.325)</u>	<u>(696)</u>	<u>(806)</u>	<u>55.931</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 25 em 2016 (R\$ 136 em 2015). A taxa média de capitalização em de 2016 foi de 0,23% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 2,65% a.a. em 2015.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.727)	(273)	16	-	(1.984)
Máquinas e equipamentos	13	(5.062)	(808)	304	564	(5.002)
Veículos	22	(8.618)	(2.355)	1.837	-	(9.136)
Instalações e Edificações	6	(890)	(17)	873	-	(34)
Equipamentos operacionais	9	(16.144)	(3.228)	70	(564)	(19.866)
		<u>(32.441)</u>	<u>(6.681)</u>	<u>3.100</u>	<u>-</u>	<u>(36.022)</u>

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	11	(1.467)	(296)	36	-	-	(1.727)
Máquinas e equipamentos	15	(4.791)	(770)	240	259	-	(5.062)
Veículos	20	(7.267)	(2.373)	918	-	104	(8.618)
Instalações e Edificações	6	(933)	(15)	58	-	-	(890)
Equipamentos operacionais	13	(16.412)	(3.546)	3.985	(171)	-	(16.144)
		<u>(30.870)</u>	<u>(7.000)</u>	<u>5.237</u>	<u>88</u>	<u>104</u>	<u>(32.441)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

11. Ativos intangíveis

Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	1.028.938	212.494	-	-	1.241.432
Direitos de uso de sistemas informatizados	7.573	-	-	148	7.721
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	-	1.086
	<u>1.037.597</u>	<u>212.494</u>	<u>-</u>	<u>148</u>	<u>1.250.239</u>

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	880.366	148.579	(6)	(1)	1.028.938
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.876	-	-	697	7.573
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	-	1.086
	<u>888.328</u>	<u>148.579</u>	<u>(6)</u>	<u>696</u>	<u>1.037.597</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 902 em 2016 (R\$ 4.151 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 0,23% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 2,65% a.a. em 2015.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Saldo final		
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(413.925)	(89.077)	(503.002)		
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(5.803)	(618)	(6.421)		
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.065)	(21)	(1.086)		
		<u>(420.793)</u>	<u>(89.716)</u>	<u>(510.509)</u>		

	Taxa média anual de amortização %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(355.766)	(58.161)	2	-	(413.925)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(4.939)	(776)	-	(88)	(5.803)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.019)	(46)	-	-	(1.065)
		<u>(361.724)</u>	<u>(58.983)</u>	<u>2</u>	<u>(88)</u>	<u>(420.793)</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Fornecedores

	2016	2015
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	18.060	13.966
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	55	125
Cauções e retenções contratuais (b)	6.107	4.462
	<u>24.222</u>	<u>18.553</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Em moeda nacional</u>				
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a 7,7% a.a.	Junho de 2017	30	88 (b)
Subtotal em moeda nacional			<u>30</u>	<u>88</u>
<u>Em moeda estrangeira</u>				
1. Merrill Lynch (a)	LIBOR 3M + 1,50% a.a.	Março de 2018	177.759	202.067 (c)
Subtotal em moeda estrangeira			<u>177.759</u>	<u>202.067</u>
Total geral			<u>177.789</u>	<u>202.155</u>
			<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante				
Empréstimos e financiamentos			<u>4.743</u>	<u>4.897</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos			<u>173.046</u>	<u>197.258</u>

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

Garantias:

- (b) Garantia real.
- (c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2016</u>
2018	<u>173.046</u>
	<u>173.046</u>

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 14 de agosto de 2015, foi firmado contrato de financiamento com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 15 de setembro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 53.999 mil, equivalente a R\$ 190.000, com vencimento em 15 de março de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 1,50% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 105,50% do CDI.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2016	Vencimento final	2016	2015
1. 4a Emissão - Série 1	IPCA +5,691% a.a.	5,8502% (a)	1.254	755	Outubro de 2019	156.254	146.465 (b)
2. 5a Emissão - Série 1	IPCA +6,06% a.a.	6,3298% (a)	1.110	1.094	Novembro de 2021	99.928	- (c)
Total geral				<u>1.849</u>		<u>256.182</u>	<u>146.465</u>
						2016	2015
Circulante							
Debêntures						2.534	1.706
Custos de transação						<u>(448)</u>	<u>(251)</u>
						<u>2.086</u>	<u>1.455</u>
Não Circulante							
Debêntures						255.496	145.722
Custos de transação						<u>(1.400)</u>	<u>(712)</u>
						<u>254.096</u>	<u>145.010</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Não existem garantias.
(c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2016</u>
2019	155.226
2021	<u>100.270</u>
	<u>255.496</u>

A seguir especificamos as principais condições e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 09 de outubro de 2014, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em série única e não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 130.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos em parcelas semestrais, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, com o primeiro pagamento em 15 de abril de 2015 e o último na data de vencimento, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de outubro de 2019. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,691% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para o vencimento antecipado é distribuição de dividendos, pela emissora, em valor superior ao mínimo legal caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes.

2. Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 5ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 607/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 100.000 e vencimento em 15 de novembro de 2021.

Com uma remuneração de IPCA + 6,06% a.a., os juros serão pagos semestralmente e o principal no vencimento.

Entre as principais cláusulas de restrição a emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa.

As debêntures contam com obrigação de depósito e garantia real, que obriga a Companhia a depositar mensalmente em conta vinculada, ao longo dos 6 (seis) últimos meses de vigência das debêntures, o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor do principal atualizado, por meio de depósito. Caso, durante a vigência das debêntures, o prazo contratual da concessão seja estendido em, no mínimo, 1 (um) ano, a obrigação da Companhia de depositar recursos na referida conta vinculada deixará de se aplicar, e a garantia será liberada.

15. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015		2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.406	1.082	(1.409)	(767)	257	569
Trabalhistas e previdenciários	529	678	(203)	(39)	487	1.452
	<u>1.935</u>	<u>1.760</u>	<u>(1.612)</u>	<u>(806)</u>	<u>744</u>	<u>2.021</u>

	2014		2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	83	1.661	(91)	(306)	59	1.406
Trabalhistas e previdenciários	139	370	(82)	(93)	195	529
	<u>222</u>	<u>2.031</u>	<u>(173)</u>	<u>(399)</u>	<u>254</u>	<u>1.935</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 1.438 e R\$ 208, respectivamente em 2016 (R\$ 507 e R\$ 13 na esfera cível e trabalhista respectivamente em 2015).

A Companhia possui outros passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2016	2015
Cíveis e administrativos	89.006	78.655
Trabalhistas e previdenciários	366	165
	<u>89.372</u>	<u>78.820</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 2016 é de R\$ 514.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão de manutenção

	2015			2016		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	21.148	15.969	2.353	(36.628)	83.007	85.849
Não circulante	93.212	42.721	12.479	-	(83.007)	65.405
	<u>114.360</u>	<u>58.690</u>	<u>14.832</u>	<u>(36.628)</u>	<u>-</u>	<u>151.254</u>
2014			2015			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	846	46.368	1.120	(35.146)	7.960	21.148
Não circulante	90.990	764	9.418	-	(7.960)	93.212
	<u>91.836</u>	<u>47.132</u>	<u>10.538</u>	<u>(35.146)</u>	<u>-</u>	<u>114.360</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62% e 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 16 de dezembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R\$ 23.092, mediante saldo da conta de “Reserva Legal”, no montante de R\$ 19.526 e integralização em moeda corrente do País no montante de R\$ 3.566, com a emissão de 37.126.544 novas ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 151.001 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 174.093 em 31 de dezembro de 2016, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 2.186.726.544 ações nominativas, sendo 728.908.848 ordinárias e 1.457.817.696 preferenciais.

Acionistas	Participação acionária	2016		Capital Social Integralizado
		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	
CCR S.A.	85,93%	626.351.373	1.252.702.746	149.598
Porto de Cima Concessões S/A.	5,99%	43.661.640	87.323.280	10.428
Cesbe Participações S/A.	8,08%	58.895.835	117.791.670	14.067
Total		<u>728.908.848</u>	<u>1.457.817.696</u>	<u>174.093</u>

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	Participação acionária	2015		Capital Social Integralizado
		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	
CCR S.A.	85,93%	615.717.094	1.231.434.186	129.755
Porto de Cima Concessões S/A.	5,99%	42.920.347	85.840.693	9.045
Cesbe Participações S/A.	8,08%	57.895.893	115.791.787	12.201
Total		716.533.334	1.433.066.666	151.001

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital Social.

d) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração (CAD) e recomendado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2016.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

e) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de abril de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.059 correspondentes a R\$ 0,01863 por lote de 1.000 ações à conta de reservas de retenção de lucros, pagos em 27 de abril de 2016.

Em 11 de novembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 169.063 correspondentes a R\$ 0,07865 à conta de lucros acumulados do período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 a 30 de setembro de 2016, pagos em 17 de novembro de 2016.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do exercício	200.912
(-) Constituição de reserva legal	(10.046)
(-) Constituição de reserva estatutária	(1.004)
Lucro líquido ajustado	<u>189.862</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>47.466</u>
Dividendos intermediários pagos	<u>169.063</u>

f) Lucro por ação básico e diluído

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	200.912	218.207
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	717.040.527	716.533.334
Média ponderada de ações preferenciais	<u>1.434.081.052</u>	<u>1.433.066.666</u>
Média ponderada total de ações	2.151.121.579	2.149.600.000
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,09340	0,10151
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,09340	0,10151

18. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de pedágio	678.638	652.088
Receitas de construção (ICPC 01)	211.589	144.833
Receitas acessórias e administrativas	<u>13.112</u>	<u>12.220</u>
Receita bruta	903.339	809.141
Impostos sobre receitas	(59.786)	(57.439)
Devoluções e abatimentos	<u>(711)</u>	<u>(576)</u>
Deduções das receitas brutas	(60.497)	(58.015)
Receita líquida	<u>842.842</u>	<u>751.126</u>

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(13.675)	(20.787)
Varição monetária sobre debêntures	(9.944)	(14.160)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	(29.138)	(31.314)
Perda com operações de derivativos	(73.153)	(23.813)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(14.832)	(10.538)
Capitalização de custos dos empréstimos	927	4.287
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(10.249)	(11.077)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.043)	(409)
	<u>(151.107)</u>	<u>(107.811)</u>
Receitas Financeiras	(a)	
Varição cambial sobre empréstimo e financiamentos	60.014	13.462
Varição monetária sobre debêntures	170	-
Ganho com operações de derivativos	27.571	28.226
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	3.689	17.048
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.682	11.536
Juros e outras receitas financeiras	947	752
	<u>105.073</u>	<u>71.024</u>
Resultado financeiro	<u>(46.034)</u>	<u>(36.787)</u>

(a) Os valores estão deduzidos de Pis e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 673 em 2016 e (R\$ 404 em 2015).

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2016			2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	98.196	-	-	85.195	-	-
Contas a receber	-	34.182	-	-	3.694	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	7	-	-	31.697	-
Contas a receber com operações de derivativos	1.915	-	-	31.699	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(30)	-	-	(88)
Empréstimos em moeda estrangeira	(177.759)	-	-	(202.067)	-	-
Debêntures (a)	-	-	(256.182)	-	-	(146.465)
Fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com o poder concedente	-	-	(34.784)	-	-	(28.241)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(19.006)	-	-	(16.881)
Contas a pagar com operações de derivativos	(15.492)	-	-	(21.682)	-	-
	<u>(93.140)</u>	<u>34.189</u>	<u>(310.002)</u>	<u>(106.855)</u>	<u>35.391</u>	<u>(191.675)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia capturou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratado *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso este empréstimo fosse mensurado pelo custo amortizado, o saldo contábil seria R\$ 177.169 (R\$ 208.038 em 31 de dezembro de 2015), conforme detalhado abaixo:

Taxa contratual da dívida	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
Libor de 3 meses + 1,50% a.a.	105,50 % do CDI	177.169
		<u>177.169</u>

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2016		2015	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	258.030	257.719	147.428	141.300

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:

	2016	2015
Aplicações financeiras	98.196	85.195
Derivativos	(13.577)	10.017
Empréstimos em moeda estrangeira	(177.759)	(202.067)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Efeito acumulado Ganho/(Perda)	
				2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<i>Swap</i>																	
Posição ativa	MerrylLinch	15/09/2015	15/03/2018 (12) USD + Libor 3M + 1.50% a.a.	53.999	53.999	175.988	210.855	178.818	204.219	(21.988)	(5.605)	1.915	31.699	(15.492)	(21.682)	(45.582)	4.412
Posição passiva			105,50% do CDI	-	-	-	-	(192.395)	(194.202)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016				<u>175.988</u>	<u>210.855</u>	<u>(13.577)</u>	<u>10.017</u>	<u>(21.988)</u>	<u>(5.605)</u>	<u>1.915</u>	<u>31.699</u>	<u>(15.492)</u>	<u>(21.682)</u>	<u>(45.582)</u>	<u>4.412</u>		
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO FINDO EM 2016 E 2015				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		
TOTAL DAS OPERAÇÕES				<u>175.988</u>	<u>210.855</u>	<u>(13.577)</u>	<u>10.017</u>	<u>(21.988)</u>	<u>(5.605)</u>	<u>1.915</u>	<u>31.699</u>	<u>(15.492)</u>	<u>(21.682)</u>	<u>(45.582)</u>	<u>4.412</u>		

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possui vencimentos trimestrais intermediários nos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, até o vencimento final.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Riscos cambiais	<u>(45.582)</u>	<u>4.412</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Risco	Cenário		
				provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Março de 2018	177.169	Aumento da cotação do USD	-	(44.289)	(88.579)
Swap USD x CDI (Ponta ativa)	Março de 2018	(177.189)	Diminuição da cotação do USD	-	44.297	88.595
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	8	16
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	8	16
Moedas em 31/12/2016:						
	Dólar			3,2591	4,0739	4,8887

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (6)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	157.008	(19.368)	(22.028)	(24.687)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	101.022	(12.900)	(14.624)	(16.348)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses (4)	Março de 2018	177.169	(4.484)	(4.931)	(5.378)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Março de 2018	191.121	(27.230)	(34.060)	(40.898)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses (4)	Março de 2018	(177.189)	4.800	5.327	5.853
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI (5)		98.146	13.113	16.387	19.659
Efeito líquido				(46.069)	(53.929)	(61.799)
A taxa de juros considerada foi (1):						
	CDI (2)			13,63%	17,04%	20,45%
	IPC-A (3)			6,16%	7,70%	9,24%
	LIBOR 3 meses (4)			0,9979%	1,2474%	1,4968%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e
- (4) Refere-se às taxas Libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 31/12/2016.
- (5) Saldo líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2016 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Compromisso de investimento	<u>1.062.926</u>	<u>1.166.992</u>

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Demonstração do fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores partes relacionadas	1.807	6.714
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>1.807</u>	<u>6.714</u>
Aquisição de ativo intangível	(1.807)	(6.714)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(1.807)</u>	<u>(6.714)</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha
Carlos de Loyola e Silva
Arthur Piotto Filho
José Braz Cioffi

Conselheiro
Vice presidente
Conselheiro
Presidente

Composição da Diretoria

José Alberto Moraes Rego de Souza Moita
Cláudio José Machado Soares

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/PR

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Ponta Grossa, 03 de março de 2017.



SR. JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA
Diretor Presidente e de Relações com Investidores



SR. CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES
Diretor Operacional